

ATA DA 383ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2014/2016

Ao primeiro dia do mês de agosto do ano dois mil e quatorze, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência do Senhor Defensor Público-Geral do Estado, Rafael Valle Vernaschi. Presentes os (as) Conselheiros (as): Alexandre Orsi Netto, Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa, Bruno Ricardo Miragaia Souza, Bruno Diaz Napolitano, Horacio Xavier Franco Neto, Representando a Terceira Subdefensoria Luis Marcelo Mendonça Bernardes, Luiz Eduardo de Toledo Coelho, Representando a Corregedoria Geral, Aluisio Iunes Monte Ruggeri Re, Pedro Antonio de Avellar, Rafael Bessa Yamamura, Alderon Pereira da Costa, e Representando a Apadep, Franciane de Fátima Marques. Ausente justificadamente Wagner Ribeiro de Oliveira. O Presidente iniciou a sessão às 09h49min com a solenidade de posse administrativa da Corregedora Geral, Kathya Beja Romero. O Presidente parabenizou a Defensora Marcia Garutti por sua eficiência, técnica, tranquilidade e serenidade que caracterizaram a sua gestão, e deu boas vindas a Defensora Kathya Romero na continuidade e condução nos trabalhos frente à Corregedoria Geral. Os cumprimentos foram reiterados pela Representante da Apadep, Franciane Marques, os Conselheiros Horácio Xavier Franco Neto, Luiz Eduardo Toledo Coelho, Luis Gustavo Fontanetti e Bruno Napolitano. Após, deu continuidade com os comunicados da Presidência. O Presidente comunicou que, na última quinta-feira, a Defensoria Pública e o Centro de Estudos e Distribuição de Títulos e Documentos de São Paulo (CDT) assinaram um termo de acordo para a disponibilização do acesso ao sistema de dados registrados pelos 10 cartórios de títulos e documentos e civil de pessoa jurídica da Capital. Cumprimentou a assessoria criminal. Informou que, inicialmente, as senhas serão liberadas apenas aos Coordenadores das Unidades por questões técnicas de limitações ao sistema. Apontou que a Assessoria Cível estará à disposição para eventuais esclarecimentos e sanar dúvidas. Nesse sentido, cumprimentou o ex Assessor Cível, Luiz Rascovski, que iniciou a articulação para a assinatura do termo. Comunicou que, nesta sexta-feira, começaram as visitas aos Centros de Detenção Provisória na Capital, em Guarulhos, Franco da Rocha e Osasco, abarcando processos que tramitam na Capital. Lembrou que o projeto teve início na gestão anterior, e considerou que a implementação será um marco na instituição com relação à defesa criminal. Registrou o agradecimento ao ex-Assessor Criminal, Glauco Mazetto Tavares Moreira, o Núcleo de Situação Carcerária e a Defensora Verônica dos Santos Sionti, bem como a todos os envolvidos que atuaram como voluntários que permitiram a implantação do projeto piloto. Parabenizou os Defensores Bruno Parise e Douglas Ribeiro, que estão à frente da Assessoria Criminal e da Divisão de Apoio ao Atendimento do Preso Provisório (DAP), e colocou a administração à disposição dos Defensores que farão os atendimentos. Nesse sentido, informou que o Defensor Douglas Basílio esteve em todos os CDPs para verificar as condições das salas de atendimento, e observou que apenas algumas não estavam adequadas, casos que estão sendo tratados. Comunicou que a Defensora Marcia Regina Garutti atuará como Corregedora Assistente até o dia 16 de agosto, em razão de ausência médica da atual Corregedora Kathya Romero. Comunicou que computadores já estão sendo enviados às unidades, e que a Prodesp realizará as instalações e configurações das máquinas. Assim, solicitou que os equipamentos sejam abertos apenas pelos profissionais que farão a instalação. O Conselheiro Luis Gustavo acrescentou que uma primeira leva de monitores que servirão de segunda tela foram enviados para quem já atua com o processo digital. Informou que a previsão é de que até o fim do ano todos os Defensores tenham com o segundo monitor. Após, não havendo mais comunicações da Presidência, passou-se as comunicações da Secretaria. Justificou a ausência do Conselheiro Wagner Ribeiro em razão de férias. A seguir, passou-se ao momento aberto. O Presidente franqueou a palavra à única inscrita, Débora Maria da Silva, Coordenadora do Movimento Mães de Maio. Informou que, no último sábado, foi realizada uma audiência pública para tratar da atuação da Defensoria no caso de réus não atendidos pelo Estado, e reivindicou que a Defensoria atue também como Assistente de Acusação, nos casos em que o Estado estiver no banco dos réus. Ressaltou que o Ministério Público muitas vezes arquiva inquéritos quando os acusados são policiais militares. Lamentou o fato dos Defensores Públicos não acompanharem essas situações, e considerou que, se

os “crimes de maio” que aconteceram em 2006, tivessem sido punidos, hoje não haveria tantas mortes cometidas por policiais militares. Lembrou e agradeceu aos Defensores Pedro Giberti e Antonio Maffezoli que atuaram em prol do movimento mães de maio, e destacou que na época a participação da Defensoria Pública como assistente de acusação no julgamento de um policial teve resultado positivo, e pediu que a prática fosse expandida. Por fim, informou que outro evento está sendo programado para o mês de setembro, e lamentou a ausência de Defensores Públicos na audiência realizada. O Presidente reafirmou o compromisso da Defensoria Pública em trabalhar com a questão da letalidade policial. Ponderou que o reduzido número de Defensores Públicos inviabiliza a atuação em todas as frentes, porém observou que o trabalho vem sendo realizado pelo Núcleo de Direitos Humanos, e destacou sobre a grande quantidade de demandas individuais que chegaram sobre o assunto e a necessidade de encaminhá-las às unidades para dar seguimento aos processos. Considerou possível a reflexão acerca de formas de ampliação de atuação na área, e citou o exemplo através de um curso de capacitação dos Defensores Públicos das unidades que atuarão com as demandas encaminhadas pelo Núcleo. O Conselheiro Bruno Napolitano informou que, na próxima semana, será realizada uma reunião com os Defensores da unidade Júri, a fim de discutirem a atuação como assistente de acusação em casos pontuais poderá ser debatida. O Conselheiro Horácio Xavier lembrou a atuação empenhada do Defensor Público Pedro Giberti nos crimes de maio. Destacou que no Tribunal do Júri há réus sendo julgados que não contam com a defesa de um Defensor Público. Nesse sentido, ponderou que a instituição possui diversas áreas para atuar e se dedicar, sendo a letalidade policial uma delas, no entanto, mostrou a necessidade de estabelecer prioridades para atuação. A Representante da Apadep, Franciane Marques enalteceu o trabalho de Pedro Giberti à época, no entanto, observou que há muitas frentes para atuar e que as questões sociais de extrema vulnerabilidade precisam ser relevadas. O Conselheiro Luiz Eduardo ponderou que não há Defensores Públicos para atender em todos os lugares, no entanto, considerou que a discussão sobre o assistente de acusação é válida, mas deve ser construída com cautela e após amplo debate. O Ouvidor-Geral, Alderon Costa informou que durante a audiência pública, diversas situações de abuso na atuação policial foram reveladas, justificando a atuação da Defensoria Pública em favor das vítimas. Comprometeu-se a ajudar na realização da próxima audiência pública sobre o assunto, inclusive para fomentar a participação de representantes da Secretaria de Segurança Pública, do Comando da Polícia Militar e da Defensoria Pública. O Conselheiro Bruno Miragaia considerou que a instituição deve trabalhar de forma diferenciada na questão da violência policial, inclusive sobre a militarização da segurança pública. Parabenizou a intenção da administração em pautar o tema com os Defensores que atuam nas varas do Júri, em prol da sociedade civil. O Conselheiro Pedro Avellar ponderou que, no Júri, as ações são públicas e, por isso, a acusação é de responsabilidade do Ministério Público, mas pontuou que em casos excepcionais é possível a atuação da Defensoria em favor da vítima. O Conselheiro Augusto Guilherme acompanhou o entendimento, e detalhou que é sabida a tendência dos promotores arquivarem os processos quando os réus são policiais militares. Contudo, relatou que a atuação da Defensoria como assistente de acusação passa pelo processo de expansão da instituição. Não havendo mais inscritos ao momento aberto, passou-se as manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos. O Conselheiro Horácio Xavier indagou como será realizado o recesso de final de ano da Defensoria Pública. O Presidente informou que a administração pretende seguir o calendário estabelecido pelo Tribunal de Justiça, sendo divulgado em breve. O Conselheiro Horácio Xavier mostrou a necessidade de reajustar o valor do auxílio-alimentação pago aos Defensores. Avaliou que as verbas indenizatórias precisam ser constantemente revistas de modo a acompanhar o avanço da inflação. Acompanhou o Conselheiro Luiz Eduardo. A Representante da Apadep, Franciane Marques informou que a entidade de classe havia protocolado um pedido de extensão do pagamento de vale-refeição para casos de afastamentos. Apontou que a interpretação feita pelo ato que instituiu o pagamento do benefício não observava a normativa sobre o assunto. O Conselheiro Bruno Miragaia apontou que a correção inflacionária é uma medida cabível e adequada. No aspecto do pagamento de vale-refeição em dias não úteis discordou. Sustentou que a instituição vive um momento de crise orçamentária, e a proposta pode impactar ainda mais nesse orçamento. Nesse sentido, defendeu que a questão fosse discutida no âmbito do Conselho Superior, órgão representativo dos Defensores Públicos. O

Conselheiro Alexandre Orsi concordou com o Conselheiro Bruno Miragaia sobre a discussão no âmbito do Conselho Superior, e acrescentou a necessidade de análise sobre o impacto financeiro, após a apresentação do estudo do Departamento de Orçamento e Finanças. O Presidente informou que na proposta orçamentária, havia projeção do reajuste do auxílio-alimentação para Defensores e Servidores, bem como o reajuste do auxílio-transporte dos Servidores. Porém, alertou sobre a necessidade de se aguardar a proposta que o Executivo encaminhará ao Legislativo para o orçamento do ano 2015, a fim de analisar a viabilidade do reajuste. Sobre o pagamento do vale-refeição em dias não úteis, informou que encaminhará o pedido para análise da Assessoria Jurídica. A Representante da Apadep, Franciane Marques comunicou a formalização de um pedido para que o programa *Pró-Hardware* fosse implantado na instituição. O Presidente apontou que está em contato com o Coordenador de Tecnologia da Informação para analisar a viabilidade de implementação do projeto e a eventual economia que geraria para a Defensoria, além da análise de conveniência. A Representante da Apadep, Franciane Marques informou que, na próxima terça-feira, será feita uma homenagem aos parlamentares que participaram da aprovação da Lei 80/2014. Informou que havia realizado uma visita à unidade de Mauá, que ainda não está em funcionamento por falta da estrutura. Mostrou a importância de repensar sobre a abertura de unidades sem que haja estrutura adequada para iniciar os serviços da instituição. O Conselheiro Bruno Napolitano informou que as atividades terão início apenas quando houver, pelo menos, metade do quadro de estagiários completo, e apontou que, no início, haverá limitação de senhas, para que ocorra um atendimento de forma tranquila. Contudo, destacou que a estrutura física da unidade é adequada para se realizar o atendimento. A Representante da Apadep, Franciane Marques informou que o Defensor Público Danilo Miyazaki, que faz parte do Conselho Estadual de Política sobre Drogas, encaminhou convite para que todos participem do evento "Aspectos jurídicos do tabagismo", promovido pela Edepe, que será realizado no próximo dia 4 de agosto. Após, indagou a presidência acerca do pagamento dos plantões judiciários conforme deliberação aprovada pelo Conselho Superior. O Presidente respondeu que o Departamento de Orçamento e Finanças (DOF) ainda elabora estudo para realizar o pagamento. Por fim, a Representante da Apadep, Franciane Marques informou que o Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado (PGE) criou um fundo que vai dividir parte do recolhimento dos emolumentos que serão destinados ao Fundo de Assistência Judiciária (FAJ). Mostrou a necessidade de acompanhamento desse processo, e considerou que a medida poderá virar um projeto de lei na Assembleia Legislativa de São Paulo. Nesse sentido, perguntou se o Defensor Público-Geral já nomeou o Assessor Legislativo. O Presidente informou que este fundo da PGE não afeta diretamente a Defensoria Pública, pois não alcança o FAJ. Com relação à Assessoria Parlamentar, informou que haverá um reajuste interno e que provavelmente na próxima semana será definido um nome para ocupar o cargo. A Representante da Corregedoria Geral, Marcia Garutti informou que, mesmo durante a transição da Corregedoria, participará do atendimento aos presos provisórios, e informou que havia realizado um treinamento promovido pela DAP. Defendeu que haja um trabalho articulado com Defensores das Varas de Execução Criminal, pois durante a capacitação, chamou-lhe a atenção o atendimento que eventualmente será feito a presos já sentenciados. Sugeriu que a Assessoria Criminal pense na efetividade e na importância da visita aos presídios, a fim de serem traçadas diretrizes para os Defensores que realizam esse trabalho, de forma a estruturá-lo melhor. O Presidente considerou que a deliberação sobre a visita dos Defensores aos presídios pode ser revista, de modo a favorecer uma atuação estratégica, inclusive para mapear o que acontece nos estabelecimentos prisionais. A Representante da Corregedoria Geral, Marcia Garutti informou que, na última reunião do Conselho Nacional de Corregedores-Gerais das Defensorias Públicas, encontrou o Defensor Rafael Muneratti, que foi convidado a apresentar os dados sobre a atuação da Defensoria de São Paulo nos Tribunais Superiores de Brasília. Observou que o convite demonstra o reconhecimento do trabalho realizado, e sugeriu que o Defensor Rafael Muneratti apresentasse o material também no Conselho Superior. Relatou que a Corregedora-Geral da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, Estellamaris Postal, assumirá a Secretaria da Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, órgão que considera ser estratégico. Considerou que a nomeação da Defensora mostra o reconhecimento da Defensoria Pública no cenário nacional. Por fim, manifestou que alguns projetos poderão ser

levados a discussão, citando a criação de um fundo para as Defensorias. O Conselheiro Luis Gustavo relatou que foi iniciada a preparação para o atendimento aos presos provisórios do interior do Estado. Apontou que, atualmente, estão sendo realizados estudos sobre a quantidade necessária de Defensores, entre outros aspectos. Contudo, informou que os avanços do projeto serão informados nas próximas sessões do Conselho. O Conselheiro Luiz Eduardo relatou que o problema do sistema prisional não se dá exclusivamente pela ausência de Defensores Públicos nos estabelecimentos prisionais. Apontou que a atividade é importante e relevante, mas considerou um erro criar a expectativa de que garantir a presença de Defensores no local para resolver o problema, ou garantir a liberdade do preso. Nesse sentido, manifestou a importância do Defensor ser parcial no atendimento para não dar essa esperança ao assistido. O Presidente destacou que a visita aos CDPs é um grande avanço. Apontou que, em suas reuniões com o Governador e com representantes do Tribunal de Justiça, Secretaria de Segurança Pública e Secretaria de Justiça, ele ressaltava a necessidade de atuação conjunta. Afirmou que a atuação da Defensoria Pública não irá reduzir a quantidade de presos se não houver mudança de postura do Poder Judiciário em suas decisões. O Ouvidor-Geral, Alderon Costa parabenizou o início dos atendimentos aos presos provisórios. Apontou que teve participação no grupo que visitou alguns locais, e considerou que, em muitos casos, apenas observar a situação do CDP já é um avanço. Relatou o caso de um local em que as mulheres são obrigadas a tomar injeção de anticoncepcional, e que tais situações podem ser evitadas com a presença do Defensor Público. O Conselheiro Bruno Miragaia parabenizou a administração pela implementação de mais uma política pública. Considerou que a instituição sempre se destacou por isso, mas notou a mudança de paradigma, diante da implantação de forma gradual e responsável. A Representante da Apadep, Franciane Marques pediu esclarecimentos sobre as visitas aos presos provisórios a serem realizadas pelos Defensores que estão em férias ou licença. Relatou que havia recebido informações de que tais Defensores precisariam alterar a data das visitas de modo a realizá-las. O Conselheiro Alexandre Orsi informou que, se a informação estiver correta, tal procedimento seria inadequado, pois o afastamento retira o Defensor de todas as suas atribuições. O Conselheiro Bruno Napolitano informou que, com as férias e licenças, há risco de haver alteração da quantidade dos atendimentos quinzenais realizados pelos Defensores, mas relatou que essa situação é normal e ocorre em todas as atividades de especial dificuldade. O Conselheiro Luis Gustavo informou a abertura de vagas para os Defensores atuarem na Central de Flagrantes, tal como prevê a Deliberação 287/13. Relembrou que nas varas onde há atuação da Defensoria Pública, os flagrantes e os autos de apreensão de adolescentes não são direcionados para essa central. O Conselheiro Luiz Eduardo informou que houve baixo número de candidatos inscritos no concurso regionalizado em Guarulhos. Considerou que o Centro de Integração Empresa-Escola apresenta problemas recorrentes, avaliando ser preciso rever a relação da Defensoria com a empresa. O Conselheiro Bruno Napolitano ponderou que o período de férias atrapalhou a realização do concurso. No entanto, apontou que foram aprovados cerca de 50 estagiários, devendo ocorrer outro concurso regionalizado de estagiário no mês de setembro. O Conselheiro Luiz Eduardo pediu empenho do Conselho Superior para que os concursos de promoção sejam analisados de forma breve. O Conselheiro Bruno Miragaia indagou se há cronograma para o concurso de remoção, diante da vacância de dois cargos de Defensores Públicos. O Presidente informou que há previsão de ocorrer o concurso em 22/8 e, em seguida, será dada posse aos candidatos aprovados no VI Concurso que estão em cadastro de reserva. O Conselheiro Bruno Napolitano informou que, nesta sexta, foi protocolada uma proposta de alteração do Ato DPG nº 15/09, em razão dos processos sucessórios na Edepe, Núcleos Especializados e Corregedoria. Apontou que foi necessário modificar o local de trabalho de alguns Defensores itinerantes, que já foram contatados em razão de mudanças inevitáveis nas Macrorregiões de atuação. Nesse sentido, pediu a compreensão dos Conselheiros em excetuar o processo na ordem do dia. Não havendo mais inscritos para manifestações, passou-se a ordem do dia. O Presidente encaminhou propostas de exceção e inversão da ordem do dia, sendo aprovada da seguinte forma. CSDP nº 242/14 (Excetuado a pauta). Interessada: Elisabete Freire Magalhães. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso "Introdutório em Prevenção de Recaídas Baseada em Mindfulness", no período de 07 a 10 de agosto de 2014. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O relator informou que a

interessada havia renunciado o pagamento de diárias e cumpriu a diligência solicitada, proferindo o voto pelo afastamento pretendido. Mencionou em seu voto que o E. Conselho deveria se debruçar e estabelecer normas mais precisas e claras para que tais afastamentos tragam, concretamente, crescimento acadêmico e profissional à instituição. Nesse sentido, sugeriu que a Defensoria Pública deveria traçar um diagnóstico do problema a ser enfrentado, formando uma comissão para analisar a questão que envolve, exclusivamente, o afastamento de servidores e não membros, seus requisitos e limites. Recomendou que a comissão confeccionasse, no prazo de dois meses, um quadro geral no qual contenha: a) número geral de servidores; b) número total de afastamentos deferidos; c) número de dias efetivamente trabalhados e afastados de todos os servidores; d) número de pedidos de afastamentos formulados ao E. Conselho Superior, com a data do seu protocolo e do efetivo julgamento. O Conselho Superior DELIBEROU que nos próximos afastamentos, a CGA deverá se manifestar para que passem a constar os dados da quantidade de servidores por unidade, e se há servidores já afastados com afastamentos perenes. Após, o Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento da interessada. CSDP nº 363/13. Interessado: Marcos Antonio Barbieri Gonçalves. Assunto: Pedido de afastamento parcial para cursar mestrado em Psicologia como ciência e profissão, no período de 17 de fevereiro de 2014 a 2015. Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. A relatora leu o relatório proferindo o voto no sentido de deferir o afastamento parcial da interessada sem o pagamento de diárias, as terças, das 8 às 14h e às quartas feiras das 13h15 às 16h. Observou que nas quartas feiras o servidor deverá comparecer à sua Unidade. Nesse sentido, votou pelo deferimento, condicionado o envio dos autos para manifestação da Coordenadoria Geral de Administração. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto da relatora. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, ratificar o afastamento parcial do interessado, condicionado a manifestação da Coordenadoria Geral de Administração. CSDP nº 249/14. Interessado: Marco Antonio de Oliveira Branco. Assunto: Pedido de afastamento para atividade de docência em horário de expediente, no segundo semestre de 2014. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de indeferir o afastamento do interessado, baseado nas Deliberações CSDP nº 102/08, e CSDP nº 183/10. O Conselheiro Pedro Avellar discordou do entendimento com relação a Deliberação CSDP 102/08, por considerar discriminação ao servidor, que menciona apenas o caso de afastamento por Defensor. Considerou que o pedido deve ser encaminhado à Corregedoria Geral, de modo que fosse estabelecida uma maneira do servidor cumprir às 8 horas diárias. Por fim, manifestou o entendimento de não conhecer a matéria deixando à esfera administração a solução ou não do pleito. O Conselheiro Horácio Xavier apontou que desconhecia a decisão administrativa no âmbito da Corregedoria Geral, com relação à análise da jornada de trabalho. A Conselheira Marcia Garutti manifestou que o Coordenador faria uma análise da conveniência e oportunidade, a qual a Corregedoria Geral manifestaria a sua concordância ou não. O Conselheiro Pedro Avellar ratificou seu encaminhamento para que não seja conhecida a matéria, sem análise do mérito. Após a discussão, o Presidente encaminhou para deliberação. O Conselheiro Pedro Avellar pediu vista dos autos, que foi concedido. Vista concedida ao Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. CSDP nº 254/14. Interessada: Daniely Maria Vaiano. Assunto: Pedido de afastamento para cursar disciplinas de Pós-Graduação, no período de agosto a dezembro de 2014. Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. A relatora leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento parcial da interessada sem o pagamento de diárias, de segunda e terça a partir das 15hs, e as quintas das 9 às 14hs. Informou que as quintas-feiras a interessada deverá voltar às atividades da sua unidade. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto da relatora. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, deferir o afastamento parcial da interessada. CSDP nº 255/14. Interessada: Melina Machado Miranda. Assunto: Pedido de afastamento parcial para cursar disciplinas no curso de Mestrado, no período de 04 de agosto de 2014 a 12 de dezembro de 2014. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento da interessada, às terças-feiras das 9h às 12h, e às quintas-feiras, das 13h às 17hs. O Presidente

encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento parcial da interessada. CSDP nº 256/14. Interessada: Juliana Garcia Belloque. Assunto: Pedido de afastamento para participar como palestrante no evento "I Seminário Alagoano de Enfrentamento à Violência de Gênero: reflexões, desafios e experiências nos oito anos da Lei Maria da Penha", no dia 08 de agosto de 2014. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento, tendo em vista a renúncia de diárias da interessada. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento da interessada. CGDP CAEP nº 087/13. Interessado: Pedro Losa Loureiro Valim. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o primeiro relatório semestral, e a continuidade do estágio. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 005/12. Interessada: Fernanda Penteado Balera. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o primeiro relatório semestral, e a continuidade do estágio. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de endossar o voto pela continuidade do estágio probatório. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 010/12. Interessado: Luis Otavio Contim Ferratto. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o primeiro relatório semestral, e a continuidade do estágio. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 020/13. Interessado: Celso Leo Yamashita. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o primeiro relatório semestral, e a continuidade do estágio. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 115/13. Interessada: Ana Carolina Minutti. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O relator pediu prorrogação dos autos. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 263/14 (Excetuoado a pauta). Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de alteração do ato DPG 15/09, que reclassifica os Defensores Públicos das Macrorregiões. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar as modificações sugeridas pela Segunda Subdefensoria Pública-Geral, em razão da urgência. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar a proposta apresentada, encaminhando-se à Defensoria Pública Geral. CSDP nº 239/14. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 38/07 (que estabelece normas gerais para os regimentos internos dos Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e dá outras providências). Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de alterar a normativa vigente, nos termos da minuta apresentada. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovada por unanimidade. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar a proposta de alteração, nos termos da Deliberação CSDP nº 301, de 01 de agosto de 2014, a ser publicada oportunamente. CSDP nº 1172/09. Interessado: Segundo Subdefensor Público-Geral. Assunto: Proposta de Edição de Código de Ética. Relator: Conselheiro

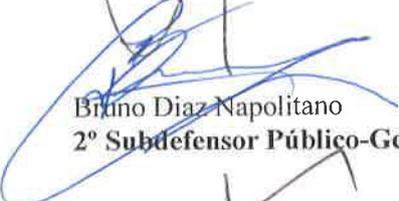
Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 280/11. Interessada: Coordenadora da Regional de São Carlos. Assunto: Proposta de alteração da deliberação CSDP 132/09, que regulamenta a criação das regionais do interior, capital e região metropolitana. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 357/12. Interessada: Associação dos Servidores da Defensoria Pública. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (institui o Regimento Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 112/13. Interessado: Fabiano Brandão Majorana. Assunto: Proposta de deliberação que regulamenta o limite de afastamento em funções e cargos de confiança. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 260/13. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (abril a setembro de 2013). Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 351/13. Interessados: Ouvidoria Geral da Defensoria do Estado, Núcleo Especializado de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito e o Instituto Luiza Gama. Assunto: Proposta de alteração da deliberação CSDP nº 10/06 (que estabelece regras para a realização do concurso de ingresso na Carreira de Defensor Público). Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 356/13. Interessados: Tatiana Semensatto de Lima Costa e Fernando Artacho Carvalho Martins. Assunto: Proposta de alteração das atribuições na Regional de Osasco - Unidade Carapicuíba (1ª e 3ª Defensoria Pública da Unidade Carapicuíba). Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 359/13. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (que institui o Regimento Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 002/14. Interessados: Coordenadores do Núcleo Especializado de Situação Carcerária. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2013). Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 003/14. Interessado: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação que regulamenta o artigo 151 da Lei Complementar nº 988/06. (que trata do afastamento de Defensores Públicos para frequentar curso de pós-graduação ou empreender pesquisa, bem como estabelece a política de retribuição institucional pelo investimento). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 012/14. Interessada: Defensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Concurso de promoção do nível I para o nível II, relativo ao ano de 2014. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. Revisor: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. (Processo nº). (Interessado/a): 014/14- Benno Buchman. 015/14- Luiza Ferreira Coelho. 016/14- Saulo Dutra de Oliveira. 017/14- Luis Fernando Vilas Boas Bonachela. 018/14- Juliano Bassetto Ribeiro. 019/14- Rodrigo de Almeida Castro. 020/14- Fabricio Keidy Arakaki. 021/14- Felix Roberto Damas Junior. 022/14- Diogo Cesar Perino. 023/14- Guilherme Augusto Campos Bedin. 024/14- Juliana Martins de Carvalho Monnerat. 025/14- Flavia Quintaes Louvain Coelho. 026/14- Amanda Ruiz Babadopulos. 027/14- Mariana Melo Bianco. 028/14- Debora Lopes de Carvalho. 029/14- Ricardo Jorge Kruta Barros. 030/14- Mariana Zakia Cavalcanti. 032/14- Rosely Galvao Mota. 033/14- Leonardo Scofano Damasceno. 035/14- Rebeca Barbosa Leite da Freiria Estevão. 036/14- Mario Henrique Ditticio. 037/14- Elisa Maria Rudge Ramos da Silva Telles. 038/14- Fernanda Caccvali Macedo. 039/14- Fabiana Julia Oliveira Resende. 040/14- Andre Spilari Bernardi. 041/14- João Paulo dos Santos. 042/14- Rafael Lessa Vieira de Sá

Menezes. 044/14- Monica Godano Schlodtmann. 045/14- Bruno Cesar da Silva. 046/14- Rafael Folador Strano. 047/14- Cristina Son. 048/14- Carla Pinheiro Martins. 049/14- Andrea da Silva Lima. 050/14- Renata de Mello. 051/14- Paula Vieira Salles. 052/14- Jose Rodolfo Stutz Cunha. 053/14- Priscilla Batista Bastos. 054/14- Eduardo Jacomo Teixeira. 055/14- Danielle Cristina Uemura. 056/14- Thaluane Fonseca. 057/14- Bruno Girade Parise. 058/14- Ana Livia Mottola. 059/14- Douglas Tadashi Magami. 060/14- Carolina Leite Lopez de Leon. 061/14- Gustavo Rodrigues Minatel. 062/14- Luiza Lins Veloso. 063/14- Matheus Bortoletto Raddi. 064/14- Adriano Lino Mendonça. 065/14- Virginia Sanches Rodrigues Caldas Catelan. 066/14- Felipe Capra da Cunha Lopes. 067/14- Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. 068/14- Danilo Martins Ortega. 069/14- Mariana Salomão Carrara. 070/14- Marta Morena Maluly Cardoso. 071/14- Bernardo Faeda e Silva. 072/14- Luciana Angelo Almeida Santos. 073/14- Larissa Grimm Bakri. 074/14- Douglas Ribeiro Basilio. 075/14- Simone Lavelle Godoy de Oliveira. 076/14- Ricardo Lourenço Dias Ferro. 077/14- Erik Saddi Arnesen. 078/14- Maria Clara Paletta Lomar. 079/14- Beatriz Sutti Ferreira. 080/14- Rafael Soares da Silva Vieira. 081/14- Milena Jackeline Reis. 082/14- Roseleine Aparecida da Silva. 083/14- Aurea Maria de Oliveira Manoel. 084/14- Bruna Gonçalves Loureiro de Andrade Barros. 085/14- Cristina Emy Yokaichiya. 086/14- Adriana Mas Rosa. 087/14- Veronica dos Santos Sionti. 088/14- Vanessa Alves Vieira. 089/14- Flavio de Oliveira Frias. 090/14- Mariana Pagano Gil. 091/14- Ana Paula de Souza Campos. 092/14- Daniel Mobley Grillo. 093/14- Orivaldo de Sousa Ginel Junior. 094/14- Paulo Andre Costa Carvalho Matos. 095/14- Renata Oliva Monteiro. 096/14- Silvia Caniver Drago. 097/14- Ana Braga Nobre Correia. 098/14- Camila Paronetti Silva. 099/14- Anna Cecilia Silva Ferreira de Oliveira. 100/14- Andre Cadurin Castro. 101/14- Mario Eduardo Bernardes Spexoto. 102/14- Arthur Soares Pinto Moser. 103/14- Luciano Pereira de Andrade. 104/14- Jonas Zoli Segura. 105/14- Karina Santos Salvador. 107/14- Maria Teresa Bastia Vichi. 109/14- Juliana Alves de Almeida. 110/14- Fabio Henrique Esposto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, no que tange aos processos acima listados, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 043/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2013 a janeiro de 2014). Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 113/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de Deliberação que determine a observação, nos documentos, atos normativos e solenidades no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo à flexão de gênero. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 114/14. Interessado: Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de Deliberação que concede afastamento, verba de representação e possibilita a nomeação de Defensor Público Assessor aos Conselheiros eleitos no âmbito do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 118/14. Interessada: Cristina Emy Yokaichiya. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 206/11 (que regulamenta o concurso de remoção a pedido no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 122/14. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Concurso de promoção do nível III para o nível IV, relativo ao ano de 2013. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. Revisor: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. (Processo nº) - (Interessado(a). 128/14-Andrea Perencin de Arruda Ribeiro Rios. 132/14 - Lisa Mortensen. 133/14 -Maria Claudia Gonçalves Solano Pereira. 135/14 - Caio Marcelo Dias da Silva. 136/14 - Luis Cesar Rossi Francisco. 137/14 - Alexandre Augusto Ferreira Dutra. 139/14 -Ivan Silveira Laino. 140/14 - Maria Victoria de Barros Campos. 141/14 - Juliana Garcia Belloque. 143/14 - Maria Claudia Gonçalves Solano Pereira. 144/14 - Luciana Maschietto Talli Sandoval. 145/14 - Volney Santos Teixeira. 146/14 - Marco Antonio Correa Monteiro. 148/14 - Lisa Mortensen. 149/14 - Alexandre Grabert. 150/14 - Luiz

Eduardo de Toledo Coelho. 152/14 - Yanko Oliveira Carvalho Bruno. 153/14 - Patricia Meneguel Alves. 154/14 - Ricardo Cesar Franco. 155/14 - Camila Ueno. 156/14 - Patricia Luciola Dias de Moraes. 157/14 - Sandra Maria Shiguehara Tibano. 159/14 - Fabiana Botelho Zapata. 160/14 - Luis Marcelo Mendonça Bernardes. 162/14 - Elpidio Francisco Ferraz Neto. 163/14 - Julio Cesar Tanone. 164/14 - Diego Vale de Medeiros. 165/14 - Gesanne Fonseca Gomes. 166/14 - Alessandro Izzo Coria. 167/14 - Luciana Jordao da Motta Armiliato de Carvalho. 168/14 - Fabiana Ferraz Luz Mihich. 169/14 - Carla Ferreira Zapparoli. 170/14 - Gislaine Calixto. 171/14 - Adriana de Britto. 173/14 - Aline Maria Fernandes Moraes. 174/14 - Thalita Veronica Gonçalves e Silva. 175/14 - Fernanda Seara Contente. 176/14 - Patricia Simeonato. 177/14 - Renata Flores Tibyriça. 179/14 - Anai Arantes Rodrigues. 180/14 - Aluisio Iunes Monti Ruggeri Re. 181/14 - Mateus Oliveira Moro. 184/14 - Glauber Callegari. 186/14 - Mailane Ramos dos Santos Rodrigues de Oliveira. 187/14 - Viviane Oliveira Lourenço. 188/14 - Luisa Hamud Morato de Andrade. 189/14 - Eleonora Nanni Lucenti. 190/14 - Jose Luiz de Almeida Simao. 191/14 - Jairo Salvador de Souza. 192/14 - Fabiano Brandão Majorana. 193/14 - Carolina Brambila Bega. 194/14 - Bruna Molina Hernandez da Costa. 195/14 - Rafael Rocha Paiva Cruz. 196/14 - Bruno Diaz Napolitano. 197/14 - Menesio Pinto Cunha Junior. 200/14 - Genival Torres Dantas Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, no que tange aos processos acima listados, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 151/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (julho a dezembro de 2013). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 183/14. Interessado: Coordenadora do Núcleo Especializado dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (outubro a março de 2014). Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 185/14. Interessada: Corregedoria Geral. Assunto: Proposta de Deliberação para regulamentação da nova sistemática de arquivamento das sindicâncias realizadas pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 198/14. Interessado: CONDEPE. Assunto: Apresentação da lista tríplice para preenchimento do cargo de Ouvidor - Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 221/14. Interessados: Lucas Pampana Basoli, Bruno Bortolucci Baghim e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a aplicação do artigo 37, inciso XI da Constituição Federal no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 224/14. Interessada: Comissão Eleitoral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 242/12 (que disciplina o processo de eleição do Defensor Público-Geral e dos membros do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 229/14. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Situação Carcerária. Assunto: Apresentação de modelo de formulários de atendimento, nos termos da Deliberação CSDP nº 297/14 (que organiza a política institucional de atendimento às pessoas presas provisoriamente atendidas pela Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 231/14. Interessada: Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 102/08. (que regulamenta a realização de atividade docentes e discentes por Defensor Público durante a jornada de trabalho). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 232/14. Interessada: Carla Battistetti Medeiros Basoli. Assunto: Pedido de remoção por união de cônjuges. (De: Presidente Prudente -

Para: Marília). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 233/14. Interessados: Defensores Públicos da Regional de São José dos Campos. Assunto: Proposta de edição de deliberação normativa visando regulamentar a atuação institucional na seara criminal. Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 246/14. Interessado: Ricardo Lobo da Luz. Assunto: Relatório de atividades desenvolvidas no período de 05 de julho de 2013 a 04 de julho de 2014, junto ao Ministério da Justiça. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 247/14. Interessado: Raul Carvalho Nin Ferreira. Assunto: Pedido de afastamento para participação como palestrante no evento "Psicologia, drogas e cidadania: por uma política de redução de dano e direitos humanos", a ser realizado no dia 29 de agosto de 2014. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos na ordem do dia, o Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Sarah Rocha Tininis, Secretária do Conselho Superior da Defensoria Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo ao primeiro dia do mês de julho do ano de 2014.

  
Rafael Valle Vernaschi  
**Presidente**

  
Bruno Diaz Napolitano  
**2º Subdefensor Público-Geral**

  
Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa  
**Conselheiro**

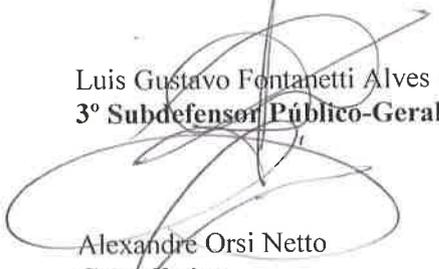
  
Bruno Ricardo Miragaia de Souza  
**Conselheiro**

  
Luis Eduardo De Toledo Coelho  
**Conselheiro**

  
Rafael Bessa Yamamura  
**Conselheiro**

  
Franciane de Fátima Marques  
**Representante da Apadep**

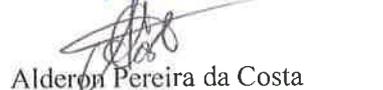
  
Marcia Regina Garutti  
**Representante da Corregedoria-Geral**

  
Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva  
**3º Subdefensor Público-Geral**

  
Alexandre Orsi Netto  
**Conselheiro**

  
Horácio Xavier Franco Neto  
**Conselheiro**

  
Pedro Antonio de Avellar  
**Conselheiro**

  
Alderon Pereira da Costa  
**Ouvidor-Geral**

